
PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA
(UFPE)**

www.ufpe.br/revistageografia

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

**AMBIENTALISMO, POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES
“TRADICIONAIS”: ASPECTOS POLÍTICOS E SÓCIO-
TERRITORIAIS**

Sandoval dos Santos Amparo¹

¹ Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Geógrafo da FUNAI, pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UFAM-IEAA (Campus Madeira)

Artigo recebido em 13/06/2014 e aceito em 15/09/2014

RESUMO

Este ensaio apresenta os diferentes autores envolvidos no discurso sobre o desenvolvimento sustentável e a complexa geopolítica que se encadeia a partir destes interesses, envolvendo ONGs, ambientalismo e populações tradicionais. Traça um olhar crítico sobre este cenário, demonstrando como o ambientalismo contemporâneo se insere no contexto geográfico descrito por Ruy Moreira (2007), em particular no que diz respeito à insensível natureza sensível. Demonstra ainda como desde o Clube de Roma, o ambientalismo remete ao neomalthusianismo e à perspectiva Fin de Siécle e tece considerações sobre o processo que aproximou a questão indígena e ambiental no Brasil.

Palavras-chave: Ambientalismo, povos indígenas, comunidades “tradicionais”, ONGs.

**ENVIRONMENTALISM, INDIGENOUS AND TRADITIONAL PEOPLE:
POLITICAL AND SOCIO-TERRITORIAL ASPECTS**

ABSTRACT

This paper presents the different actors involved in the discourse on sustainable development and the complex geopolitics that is linked together from these interests, involving NGOs, environmentalism and traditional populations. It presents a critical look at this scenario, demonstrating how contemporary environmentalism fits into the geographical context described by Ruy Moreira (2007), in particular with regard to the sensitive nature insensitive. It also demonstrates how since the Club of Rome, environmentalism refers to neomalthusianismo and perspective Fin de Siecle and reflects on the process that brought the indigenous and environmental issues in Brazil.

Keywords: Environmentalism, Indigenous peoples 'traditional' communities, NGOs.

1. PRÓLOGO

Após a criação do NEABI-UFAM¹ em Humaitá-AM, movimento do qual participei intuitivamente, era normal que se abrissem novos caminhos acadêmicos em minha trajetória. Abracei com satisfação este projeto, tendo em vista a possibilidade tão sonhada de interagir, na periferia da própria periferia (parafraseando Rogério Haesbaert). Tal se deu mais facilmente ao perceber a militância, engajamento e espírito crítico dos colegas que comigo o fundaram. Através do NEABI, *regurgitemos*, foi feita uma pequena revolução intelectual no interior do Amazonas, num projeto que envolvia não apenas o engajamento técnico-científico, mas também artístico e intelectual, com o envolvimento de poetas amazonenses, como Junivaldo Sá, artistas contemporâneos, como o artista plástico Mazzo Rodrigues, além de jovens músicos e pintores locais. Foram organizados saraus à lua cheia e, nos dias claros, manifestações artísticas públicas, com pinturas, declamações de poemas e intervenções urbanas com reciclagem e reutilização de material encontrado nas ruas, através do *Coletivo Banzeiro*².

Buscou-se acima de tudo, desde a arte e das inquietações intelectuais de seus participantes, experimentar um modo de ser e viver na Amazônia no século XXI, em meio à sua diversidade cultural e territorial, num projeto que foi profunda e melancolicamente afetado pelos episódios ocorridos no final de 2013, após a morte do Cacique Ivan Tenharim³, já que os fatos que lhe sucederam interromperam uma série de atividades educativas e voltadas para a memória que vinham sendo realizadas através do NEABI, da FUNAI e da Prefeitura Municipal de Humaitá, principalmente através da Secretaria de Cultura, que internalizou a realização do Mbotawa 2013⁴, do Povo Tenharin.

Há luz na periferia, e lá se discute cidadania. É sob esse prisma que elaboro este ensaio, cuja proposta fundante é a ruptura: ruptura com o ego central, em benefício do ego periférico, ruptura com o discurso construído alhures, em benefício das gentes que dão vida ao sertão e criam a partir de sua *opacidade* (Santos, 2004). Foi neste contexto que surgiu o projeto de pesquisa sobre cidadania qualidade de vida das populações amazônicas, do qual resulta este ensaio⁵. A bibliografia utilizada diz respeito aos estudos que vimos buscando fazer ao discutir este tema em outros trabalhos aos quais este se soma. A grande novidade, talvez, seja a presença de Drummond e seus valiosos estudos sobre história ambiental que deveriam nos orientar aos

¹ Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, criado em 2011, por Leonardo Dourado, Ednailda Santos, Mazzo Rodrigues, Jordeane Araújo e Donkarlykson Moraes.

² Coletivo artístico cultural de Humaitá-AM, nos anos de 2012 e 2013, a partir da troca de experiências entre seus participantes. Este texto é dedicado ao poeta amazonense Junivaldo Sá, autor, dentre outros, de “Os dez mandamentos do manifestante otário”, sem se importar com a negação de sua autoria.

³ Episódio que teve trágico desfecho, com desaparecimento de três cidadãos regionais na Rodovia BR-230 (Rodovia Transamazônica). A dimensão do conflito foi tal que semanas após as imagens do barco da FUNAI sendo incendiado por moradores da cidade no principal jornal da TV brasileira – no auge do conflito, na noite de 25 de dezembro – a imprensa nacional e mesmo internacional continuou noticiar o evento. Mais informações sobre o mais tenso dos conflitos recentes envolvendo indígenas e regionais, ver matéria no sítio <http://amazoniareal.com.br/servidor-da-funai-relata-medo-e-tensao-no-sul-do-amazonas/> (acesso em 12/09/2014) ou notícias recentes dos principais jornais brasileiros.

⁴ O Mbotawa é o ritual de compadrio dos índios Tenharin. Compartilhado em seus princípios com outros alguns povos Tupi (principalmente os que lhes são próximos, nas Bacias dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé). Do apoio oferecido pela Secretaria Municipal restou a produção de um CD duplo de histórias e cantos tradicionais do povo Tenharin, bem como aproximadamente 8 horas de produção audiovisual. Todo o material encontra-se à disposição dos índios mas sua finalização está interrompida até a publicação deste texto.

⁵ Agradeço à Professora Suely Mascarenhas, coordenadora do mesmo, e demais colegas do NEABI-UFAM, pelo convite para integrá-lo, bem como as instituições que viabilizaram os recursos que possibilitaram a realização do mesmo: CAPES, CNPq, FAPEAM, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, FUNAI e Secretaria Municipal de Cultura de Humaitá-AM e a minha companheira Janayara Lima, por ter gestado nosso filho nesse período.

interessados na temática. A presença de *links* nas notas de rodapé são uma alternativa reportar notícias ou discussões eventualmente relacionadas aos temas de nosso interesse.

2. NOTA METODOLÓGICA

*“a geografia é uma coisa que só existe na cabeça da gente, primeiro do branco e agora na nossa também”
Velho cacique indígena a uma publicação indigenista*

Há alguns anos, inspirado na realidade sócio-territorial a que estão submetidos os povos indígenas brasileiros ante os projetos desenvolvimentistas da Amazônia, propusemos um ensaio com o polêmico título *Questão indígena como questão urbana*, acreditando na possibilidade de um grosseiro equívoco na interpretação *linear* da questão indígena face à frente que chamarei aqui de marxista-quantitativista. Esta corrente é fortemente influenciada pelo paradigma clássico da Geografia respeito de temas como sociedade e natureza.

Muitas vezes a influência se traduz em uma forma conservadora de marxismo, cuja “materialidade” geográfica é dissolvida em números e estatísticas relacionadas à terra, ou em particular, à Terra Indígena (TI). Seja quando se reportam ao território como *recurso*, seja quando o vêem como *abrigo* (numa analogia à proposta de M. Santos em seu *A natureza do Espaço*)⁶. Apesar disso, estas relações são mais mistificadas do que reais, redundando no *passadismo perigoso* para o qual alertara Claval (Autor, 2010). Assim, tanto do ponto de vista da pesquisa científica na geografia e demais ciências sociais quanto das políticas públicas e reivindicações do movimento e Organizações Não-Governamentais, as Terras Indígenas (TIs) são sempre vistas dentro deste paradigma materialista: ora como recurso, ora como abrigo. Este é o discurso amplamente difundido entre os profissionais ligados tanto ao ambientalismo quanto ao indigenismo, mas algo pobre, pouco relacional e muitas vezes unilateral.

Esta é uma grande limitação, até mesmo porque ao idealizarem os indígenas e comunidades tradicionais, operam uma cristalização histórica que está como um retrato opaco de uma paisagem já há muito modificada, que só tem valor histórico e não mais funcional ou tampouco estético⁷.

3. O “CAOS” AMBIENTAL, A RIO 92 E SEUS DESDOBRAMENTOS

Desde as concepções conservadoras e neomalthusianas do Clube de Roma, movimento da década de 1950/60 que reuniu intelectuais conservadores de toda a Europa, a humanidade se vê sob o prisma da “crise ambiental”⁸. Carlos Walter Porto-Gonçalves (1988), ao abordar o tema, aponta que as repercussões das ideias deste grupo, amplamente disseminadas nos países capitalistas desenvolvidos do pós-guerra, estiveram na raiz das preocupações com o futuro da humanidade desde então, levando de um lado, à preocupação com a alimentação de uma população via revolução “verde”, na agricultura; e, de outro, às Conferências Mundiais sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, realizadas pela Organização das Nações Unidas a cada 10 anos, tendo sido a primeira em Estocolmo, Suécia, em 1972. A edição

⁶ M. Santos não absolutiza esta dicotomia, mas apenas realiza uma análise bibliográfica que confirma o uso do conceito sempre indicando uma ou outra ideia e, tanto quanto sua utilidade, alguns inconvenientes de uma ou outra abordagem. (Haesbaert, 2010:38).

⁷ Parecia clara a rejeição a propostas neste sentido nos ciclos acadêmicos e de pesquisa latino-americanos desde a repercussão da obra de E. Hobsbawm, em particular o seu livro em parceria com T. Turner, a respeito do que chamam de “invenção de tradições” (Hobsbawm & Ranger, 1997) .

⁸ O precursor da crise ambiental e dos estudos de “precarização” (como assim julgamos correto denominar), de maneira bastante pioneira foi o médico e geógrafo brasileiro Josué de Castro, autor de *Geografia da fome* (1942), dentre outros estudos que deram visibilidade ao problema da alimentação no mundo.

realizada no Rio de Janeiro, em 1992 é considerada a mais importante de todas e ficou também conhecida como Eco-92. Dela resultou uma Agenda Sustentável, documento que ficou conhecido como *Agenda 21*, a ser seguido por todos os países para amenizar o avanço demográfico, o desenvolvimento industrial e a qualidade de vida tendo em vista a explosão da população da terra, que alcançaria 6 bilhões de pessoas no século XXI⁹ (ONU, 1995).

Evidentemente, ainda que seja supostamente desconsiderada pela ciência “racionalista”, durante a elaboração desse documento e toda a mobilização causada em torno do caos ambiental em fins do século XX, esteve presente uma grande dose do espírito *fin de siècle*, que tanto influenciou a poesia realista e as ciências sociais no final dos séculos XIX. O pessimismo associado a esta visão volta com grande força e a perspectiva demonstrada pelo caráter catastrófico das pesquisas que abordam temas caros, associados ao caos ambiental, como a expansão do buraco na camada de ozônio, as secas, a desertificação, as enchentes, os desmoronamentos, ou mesmo a poluição dos recursos hídricos¹⁰. Estas pesquisas demonstram o avanço da poluição sobre os recursos imprescindíveis à existência humana e, sobretudo, ao modo de produção capitalista.

Observe-se, contudo, que após mais de 40 anos da primeira conferência, com a multiplicação de políticas ambientais e o surgimento de uma nova gama de campos profissionais voltados para o setor, são bastante tímidas, ao menos no Brasil, as iniciativas que possamos avaliar como positivas, do ponto de vista da execução da Agenda 21, ao menos no Brasil. Mesmo quando tínhamos legislações favoráveis, como no caso brasileiro (legislação que aos poucos vai sendo modificada), esta é cumprida de maneira ineficaz, antes criando conflitos que solucionando-os.

Assim, enumeramos a seguir, três pontos principais que podemos considerar positivos, a respeito da Agenda XXI:

I – A demarcação de terras indígenas e unidades de conservação, ainda que muitas vezes baixo um paradigma da “insensível natureza sensível” e com precário controle governamental, devido geralmente à insuficiência das instituições responsáveis;

II – A tomada de consciência ambiental por parte de empresas e profissionais ligados a antigos ofícios, mas geralmente formados já a partir do paradigma proposto pela Agenda XXI. Trata-se da primeira geração após a elaboração deste documento. Há grande expectativa sobre ela;

III – A difusão de noções ligadas à economia criativa, inclusão social e qualidade de vida.

Estes itens, contudo, apresentam suas contradições e devem ser submetidos à crítica. Primeiramente, ao colocarmos Terras Indígenas e Unidades de Conservação no mesmo ponto, trata-se, sobretudo, de associarmos as duas categorias em função da similaridade dos processos que lhes restou e não de suas funções. Aqui reside um tópico a ser destacado e que merece especial atenção de todo o movimento indígena e dos que atuam nesta frente: para a visão hegemônica, mesmo que isso não seja francamente assumido, unidades de conservação e – sobretudo – as terras indígenas, cumprem um mesmo papel – o de preservação da natureza e das florestas.

Ingênua a princípio, esta visão apresenta suas contradições não apenas no plano intelectual, mas sobretudo no plano do espaço banal (nos termos de M. Santos), já que resulta numa práxis opressora tanto contra os povos indígenas, quanto contra outras populações (“tradicionais” ou não), que vivem no interior e/ou nas proximidades de suas TIs, às quais são

⁹ A última edição se realizou também no Rio de Janeiro e ficou conhecida como Rio+20 não obteve o mesmo sucesso da primeira edição, tendo seu documento final sido finalizado ante várias críticas dos movimentos sociais, filósofos, intelectuais e mesmo de políticos progressistas.

¹⁰ Evidentemente, por se tratar de uma consideração, acima de tudo, mística, ela não tem espaço na pesquisa científica realizada sob o prisma do racionalismo.

submetidas a violentos processos de expropriação e à incerteza quanto ao futuro. Estas populações sofrem, portanto, com a precarização de seus planos/projetos de vida.

Para suprir o vácuo de comunicação e nas políticas públicas o ex-presidente Lula recriou o termo de “governança” afim de acionar sua base aliada, o que possibilitou ao governo alterar alguns de seus marcos legais, criando fóruns que contemplassem a participação dos segmentos indígenas e das comunidades tradicionais na gestão das áreas¹¹. Apesar do inegável avanço legal, longe estão de contemplar efetivamente a participação cidadã prevista na Constituição Federal em seu artigo 5º, pois o Brasil permanece um país cuja tradição democrática se limita, sobretudo, à consciência do voto, e não do acompanhamento das políticas que tem sido desenvolvidas. Assim sendo, muitos destes fóruns ou não funcionam ou funcionam de maneira cooptada, e portanto, servem mais aos interesses do Governo que das comunidades. Embora a Constituição proponha a noção de “controle social” a dissimetria entre os representantes do Estado e da Sociedade Civil se opera como principal motriz do processo, abrindo espaço para que organizações não-governamentais se legitimem enquanto representantes dos agentes sociais concretos, ou seja, as populações afetadas ou que vivem nas Unidades de Conservação ou Terras Indígenas.

Proliferação das ONGs

A partir dos anos 1960, a falência do estado de bem estar social no mundo desenvolvido fez explodir nestes países diversos movimentos de resistência à reestruturação do capitalismo no pós-guerra. Uma série de manifestações sacudiam os EUA, a França e também a Inglaterra e os fenômenos de migração já acionava reações ultraconservadoras nestes países, sempre na direção da restrição de direitos das minorias, à poluição industrial e à mecanização da experiência humana, mediada inclusive, pelo espaço, vide, por exemplo, as expressões de ideias como monumentalidade, poder, comunidade e suas expressões em arquitetura e urbanismo (Harvey, 1992).

Alem da arena científica e filosófica, este sentimento está expresso no cinema de Charles Chaplin (principalmente em *Tempos Modernos*), mas também nos livros *On the Road*, de Jack Kerouac (1947) ou *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley¹² (1943). Mesmo que a história não seja linear, como Nietzsche se esforçou em mostrar (*Nietzsche* apud Harvey, 1992) a sequência histórica leva a crer que o surgimento das ONGs, a partir dos 1970, mas sobretudo, nos anos 1990, é o desdobramento ou mesmo desencadeamento de uma série de fatos previsíveis e necessários ao capitalismo internacional. Com o *passivo* ambiental incluído no custo operacional dos projetos, resta aos gerentes negociar formas de reduzi-lo em termos monetários e financeiros, nunca este termo – passivo – atendendo de maneira tão exata a seu significado ontológico (ao menos nos países subdesenvolvidos). O Clube de Roma (década de 1950, ver Porto-Gonçalves, 1988) e/ou as revoltas negras nos EUA nos anos 1960 (Harvey) são alguns dos momentos de ruptura e crise da modernidade inaugurada com o iluminismo e a revolução industrial.

As organizações não-governamentais ganharam grande fôlego a partir dos anos 1970, por meio primeiro da reorganização das atividades missionárias; e, segundo, pelo assistencialismo social, algo como uma medicina social já praticada pelas sociedades beneficentes há décadas, porém voltadas agora para ajudar aos pobres, que foram descobertos

¹¹ Os principais exemplos são a divisão de atividades do IBAMA, como criação do ICM-Bio e Instituto Florestal Brasileiro; a reestruturação (ou desestruturação) da FUNAI, feita por meio do Decreto 7.046/2009, e ainda, a criação da PNGATI, a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas cujos problemas conceituais dariam margem uma discussão muito relevante.

¹² Harvey, 1992.

para ciência por Josué de Castro, em seu clássico *Geografia da Fome*¹³. Todo o pensamento deste período buscava, de certo modo, representar as entranhas da humanidade, de modo que a necessidade de uma ação imediata fosse internalizada a ponto de inibir a ação do Estado. Foi então que passaram a surgir com finalidades específicas, muito além do tradicional atendimento a idosos ou carentes na área de saúde, como demonstra Mendes¹⁴ (sem data). As ONGs tem grande influência junto aos órgãos governamentais, em função do domínio da linguagem técnica, no que as comunidades são ainda em grande parte despossuídas. Neste contexto, no entanto, não é raro a ferramenta técnica – o domínio do projeto - torna-se um fim em si mesma. Colocando em segundo plano o interesse as comunidades, faz surgir uma elite tecnocrática¹⁵. .

As ONGs assumem parte do discurso dessas comunidades, mas contraditoriamente, se colocam como parte do aparato de Governo, participando ativamente da gestão de instituições tais ligadas à política ambiental, com escala de atuação e grau de influência maior ou menor de acordo com a esfera de influência junto a determinados Governos¹⁶.

Antes de avançar¹⁷, tenhamos em mente as seguintes afirmações sobre as ONGs:

I – Elas não substituem as instituições comunitárias e classistas, como as associações indígenas e/ou de bairro, as colônias de pescadores, sindicatos e cooperativas de produção rural, etc., embora possuam grande influência e atuem junto a estas;

II – Embora não assumam claramente, as ONGs não possuem um discurso autônomo ante Governos e o capital, uma vez que tem nestes atores – portanto, no poder político e econômico – os seus principais agentes financiadores;

III – As ONGs inibem o discurso de lideranças comunitárias ante Governos, ao tomá-los para si, na forma de uma militância profissional. Elas escolhem e projetam os líderes que estão de acordo com o perfil por elas idealizado, em verdade, aqueles aos quais consegue se aliar mais facilmente, não raro, desprezando outros vieses e correntes internas de uma mesma comunidade (ver, por exemplo, Baines, 2000);

IV – As ONGs possuem grande influência junto ao Poder Público seja nas esferas local, regional, nacional ou mesmo global, em função de se apresentarem como representantes e legítimas proponentes das causas globais diretamente afeitas à Agenda XXI, como a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável; e, por fim;

V – As ONGs não são empresas privadas, embora muitas delas executem serviços a partir de convênios com determinadas empresas, e muitas empresas criem suas próprias ONGs para destinarem recursos específicos.

De longe toda serra é azul (Schiavini, 2006) é um bom livro sobre a questão indígena, publicado em 2006. Nele o autor aponta como tudo que nos parece “azul” à primeira vista, deve ser visto com cautela em sua complexidade. É muito comum que a maioria da população do

¹³ O livro de Castro é contemporâneo de outros livros citados nos parágrafos anteriores, o que demonstra que o sentimento de crítica da modernidade alcançou não somente a arte mas também a ciência (Porto-Gonçalves & Fernandes, 2006).

¹⁴ Não se trata de obsequiar a atividade realizada por estas instituições, uma vez que muitas delas se constituíram como representantes legítimas dos interesses pormenorizados, dando-lhes visibilidade e organização. Contudo, há de se questionar a legitimidade de algumas destas e, sobretudo, seu compromisso com a finalidade pública/comunitária que supostamente representam, pois o que se tem verificado são instituições que não raro, captam verdadeiras fortunas em nome de determinadas comunidades, mas cujas atuações, bem amplas em seus estatutos sociais e propostas de ação, são não raro, limitadas e restritivas em suas práxis.

¹⁵ Ver Oliveira, 1998.

¹⁶ Eventualmente Governos favorecem ONGs suas parceiras, de diversas maneiras, internalizando suas propostas, em prejuízo de propostas oriundas de sindicatos, associações e outras instituições que geralmente não possuem *corpus* técnico para a propositura de projetos que envolvam vultosas escalas de recursos.

¹⁷ As ambiguidades e contradições das ONGs vem sendo discutidas por autores como Porto-Gonçalves (1988) e Camely (2009) e a atuação das mesmas não constituem nosso objeto de estudo principal. Contudo, é imprescindível abordar algumas de suas ambiguidades.

país, mesmo a academia, reproduza a visão pouco aprofundada sobre os povos indígenas e suas terras, sobre as unidades de conservação, sobre o movimento ambientalista e em particular, sobre as ONGs. Aos profissionais ligados à pesquisa acadêmica, trata-se de uma armadilha metodológica que nos induz a deixarmos de observar as enormes contradições as quais estão expostas estas instâncias sociais e o próprio ambientalismo no século XXI. Somos adeptos de uma visão mais crítica a respeito de tais questões.

Antes de ver as ONGs como instituições humanitárias *a priori* e seus defensores como messias de um novo mundo possível (lembramos a canção em epígrafe deste ensaio), vemos o ambientalismo contemporâneo como estratégia de mercado e mesmo como uma das ferramentas resultantes do “desencaixe” do capitalismo no mundo globalizado, conforme analisado por Haesbaert. Com as mudanças legais sugeridas na Agenda 21, que estabelecem parâmetros para o desenvolvimento de economias verdes, elas alcançaram grande potencial de captação financeira, já que milionárias empresas de todos os setores se viram obrigadas a repassar grandes quantidades de recursos para atender aos fins propostos nesta Agenda. Por se constituírem como instituições sem fins lucrativos, elas podem livremente se organizar, captar recursos e participar de redes de organizações que possuem certa solidariedade e cooperação entre si, além de normas de mais flexíveis de trabalho e atuação. Principalmente esta flexibilidade tem interessado a governos que junto a estas estabelecessem parcerias.

Muitas questões devem ser colocadas aqui. Primeiro, numa face cruel da lógica “ongueira” (para usar o termo de CAMELY, 2009), temos que as parcerias entre Governos e ONGs resultam, não raro, danosas à sociedade, por atenderem à lógica neoliberal da precarização do Estado. A “parceria” com ONGs é sempre defendida em função das já conhecidas dificuldades de qualidade do serviço público no Brasil. Neste sentido, ao invés de fomentarem a luta por condições dignas de serviço público, que atendam o que está previsto na Constituição Federal as ONGs se oferecem para oferecer serviços de maneira terceirizada, podendo estas instituições contratar profissionais no mercado sem a necessidade de realização de concurso, e demitir a qualquer tempo aqueles que não estiverem de acordo com a proposta institucional.

Porém, um caso particular, envolvendo ONGs encarregadas da Saúde Indígena em estados do norte do Brasil, veio a demonstrar os problemas e a fragilidade do modelo ante as inúmeras possibilidades de corrupção e influência envolvendo algumas destas instituições¹⁸. Assim mesmo, permanece intocável a influência das ONGs junto a determinadas esferas de Governo, transformando isso em capital político, por meio da implantação de projetos articulados às suas propostas. De outro ponto de vista, as parcerias entre Governos e ONGs são utilizadas como estratégia para o sucateamento do serviço Público, que tem diversas de suas atividades delegadas a estas instituições.

Do ponto de vista geopolítico, as ONGs se colocam entre Governo, população e interesse econômico, com legitimidade dada em função de sua posição estratégica na pirâmide social como elemento agregador de pensamentos, sendo que a aproximação das associações comunitárias e de bairros, principalmente aquelas ligadas a populações camponesas, indígenas e ribeirinhas (na Amazônia) é crucial para sua legitimação política. Apesar de muitas ONGs terem contribuído grandemente para o progresso da democracia e da cidadania, não podemos aceitar que Governos deleguem às ONGs atribuições que devem ser exclusivas de Estado, como a condução da saúde pública ou das políticas ambiental e indigenista. Deve-se estabelecer – e isto vem sendo feito – espaços para o controle social, nas quais estas instituições venham a participar ativamente. O acesso privilegiado a fontes das ONGs a fontes oficiais seguramente

¹⁸ Enquanto milhares de recursos eram destinados a ONGs, o atendimento à saúde indígena se mantinha precário e muitas destas instituições foram acusadas de forjarem dados e/ou não prestarem contas dos recursos disponibilizados.

vai contra o espírito da democracia e o interesse da coletividade. Ao final, temos, não raro, recursos públicos atendendo a interesses privados, já que muitas ONGs acabam por atender mais a estas finalidades que a do público em geral.

Ambientalismo, povos indígenas e comunidades “tradicionais”

Apesar de parecer intrínseca, a relação entre questão ambiental e o questão indígena é bastante recente. Pouco se falou de questão ambiental no Brasil até o século XX, como demonstra Drummond (1991). Enquanto os estudos ambientais se restringiam basicamente a determinadas disciplinas que se dedicavam ao tema por sua especificidade, é vasta a bibliografia sobre o indígena, o caboclo e o sertanejo (ainda que muitas delas reforcem preconceitos ou visões estereotipadas) tanto em relatos oficiais, quanto em relatos de cronistas, viajantes, precursores dos estudos americanistas (Pacheco de Oliveira, 1998).

Não é nova, por sua vez, a integração da Amazônia à economia colonial e depois brasileira, já que desde o século XVII portugueses e espanhóis traficavam intensamente em toda a região amazônica, explorando as drogas e as pessoas do sertão, e estabelecendo fortificações militares para assegurar os limites ante a disputa territorial que teve em Tordesilhas (1492) seu primeiro momento¹⁹. Com cidades instaladas na região desde este período, em meio à imensa floresta, a Amazônia foi integrada à economia mundial a partir do século XIX, com o ciclo da borracha, que faz de Manaus uma das cidades mais importantes do país, naquele momento²⁰, com grande efervescência política, econômica e cultural. Observa-se uma ligeira densificação da rede urbana amazônica e as duas capitais Belém e Manaus apresentam contingentes populacionais expressivos, em nada perdendo para as grandes cidades das outras regiões do país²¹.

O *barracão* é a principal forma geográfica deste ciclo econômico. A partir do século XIX muitos indígenas da Amazônia²² a ele foram em integrados. Houve miscigenação com os migrantes daquele período, em sua maioria nordestinos fugidos da grande e histórica seca da década de 1870, registrada em relatos históricos e romances diversos²³. Os flagelados da seca nordestina contribuíram como contingente populacional para o apogeu da borracha na Amazônia. Com o fim do ciclo, nas primeiras décadas do século XX, se observa a estagnação da vida dinâmica nesta região do país, mas esta população não retorna para suas regiões de origem (Corrêa, 2006, Ribeiro, 2006). Ao invés disso, os desterrados do barracão se estabelecem na floresta, tentam a sorte nos garimpos e encontram índios ariscos e quilombos escondidos, inventando uma nova categoria social: os caboclos e ribeirinhos. Em muitas comunidades indígenas amazônicas pessoas com essa origem ou descendência chegam a alcançar o status de chefe ou liderança da aldeia (Ribeiro, 2006).

O ostracismo econômico persistirá na região até a década de 1960/70, quando os militares instituem os PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento, os quais preveem a integração definitiva da Amazônia à economia nacional, com abertura de estradas como a Rodovia Transamazônica e a doação de terras a colonos de procedentes do sul do país (Santos, 2004). Os resultados são o avanço do desmatamento e o surgimento de mais algumas dezenas de pequenas cidades, voltadas para a exploração madeireira ou para agropecuária, enquanto

¹⁹ Este tema é bastante conhecido da literatura. Por ele se interessaram, por exemplo, Darcy Ribeiro, Milton Santos e Porto-Gonçalves, dentre outros. Para uma boa compreensão do tema sugerimos o livro de Oliveira & Lima, de 1990 (ver bibliografia).

²⁰ Manaus se destaca, por exemplo, pelo fato de ter possuído um teatro imponente o Amazonas, ainda no século XIX, enquanto os Teatros de São Paulo e Rio de Janeiro são do século XX.

²¹ Ver Corrêa, 2006.

²² Salvo aqueles grupos considerados “isolados” pelo Estado, de cuja discussão optamos por nos esquivar, por não dispor, no momento, de argumentos para apontar a fragilidade da noção de “isolados”.

²³ Como por exemplo, Ferreira de Castro Mario de Andrade ou, mais recentemente, Thiago de Mello.

proliferam os circuitos ilegais, geralmente associados ao garimpo e ao tráfico de drogas, dada a proximidade de diversas regiões da Amazônia de regiões tidas como produtoras de drogas ilícitas, como a Colômbia, Bolívia e o Peru, mas também à suas inúmeras áreas remotas e de difícil acesso.

Esta política de territorialização se tornará efetiva no Brasil, um país capitalista subordinado aos interesses internacionais, ao mesmo tempo em que a crise ambiental se instala no capitalismo dos países avançados. D. Harvey, M. Santos e diversos outros autores veem uma sincronia entre a crise no mundo desenvolvido a sua exportação para os países em desenvolvimento. Certamente que as populações dos países de economias desenvolvidas já conheciam os inúmeros incômodos trazidos pela produção industrial, dentre eles a poluição ambiental e os problemas sociais urbanos que levaram o caos às grandes cidades industriais europeias ainda no século XIX. Como já dissemos, a é impensável a paralisação a produção de itens pela indústria, face as demandas da sociedade e do próprio capitalismo. A única solução possível era transferir as indústrias e a poluição para os países periféricos, que as aceitavam sem maior restrição à poluição que causavam e com isenções fiscais, mas sempre repassando os lucros à matriz das empresas, que permaneciam nos países desenvolvidos (Porto-Gonçalves, 1988).

Somente quando os impactos ambientais destes projetos de territorialização começam a aparecer é que emerge um movimento ambientalista no Brasil. Este, por sua vez, encontra no índio, o principal espelho da ideia romântica de defesa da terra, da natureza, da floresta. Em verdade, após um momento crítico no qual foram quase exterminados, no século XIX, e um período “redentor” no século XX (com a criação do SPI por Rondon, e depois com os Villas-Boas e Darcy Ribeiro), os indígenas foram vítimas da ditadura nos anos 1970 e lutaram contra ela, com o surgimento da União das Nações Indígenas (Oliveira, 1988). Já os seringueiros se organizaram e tiveram em Chico Mendes seu principal representante e agora uma ex-seringueira candidata à presidência. Na origem do movimento, a crítica ao Governo e à sua concepção geopolítica da Amazônia como terra desabitada, “vazio demográfico” alijando as populações regionais dos processos decisórios.

O ambientalismo no Brasil cuja visão prevalece ainda hoje no Brasil tem início com a criação por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, do primeiro parque nacional brasileiro, Agulhas Negras, que foi um marco neste sentido, ao estabelecer áreas com a finalidade exclusiva da preservação e conservação (Drummond, 1991). Associado à política do Estado Novo e à “*crise de valores que levou à mudança cultural*” (Harvey, 1992), o modelo se expandiu e não tardaram surgir movimentos reivindicatórios pela criação de parques em todo país.

Mas *o parque tem limites*. É assim que deve dizer o fiscal ambiental na Amazônia contemporânea, com laudo técnico assinado por um engenheiro ou geógrafo. Ele deve também portar sua arma e acessórios de segurança, cujo domínio foi obrigado a obter, o que evidencia o completo desvio de sua atividade e a possibilidade de dizer que o modelo de conservação ambiental brasileira está por um tiro. E como diz o caboclo amazônida, “*um tiro no escuro não tem dono*”.

Apenas a partir dos anos 1970, talvez fruto da tomada de consciência da população urbana, principalmente, sobre os impactos da urbanização e da indústria (Harvey, 1992), é que o movimento ambientalista se contrapõe explicitamente à proposta da modernidade industrial e vai ao encontro dos indígenas, buscando neles talvez a possibilidade de um discurso que una cidade, aldeia e floresta. Para isso concorrem dois fatores: a origem urbana do movimento ambientalista e o apelo à preservação das florestas por parte deste grupo, que vai ao encontro do grito vindo dos seringueiros e das aldeias. Esta aproximação persistiu e estes dois grupos sociais, a princípio distintos, foram incluídos numa mesma pauta, imbricando-se de maneira a pensarmos que são já uma coisa só.

O discurso pela preservação ambiental nas aldeias é marcado por contradições no plano político; e restrições práticas, no que diz respeito à utilização da terra pelos indígenas²⁴. Jamais o ambientalismo e a questão indígena estiveram tão fortemente ligadas quanto neste período histórico (segunda metade do século XX e primeira década do século XXI), de expansão das fronteiras coloniais do modo de produção capitalista, nas quais os países “em desenvolvimento”, de meros fornecedores agrícolas são integrados ao capitalismo agrário e industrial. As repercussões deste modo de produção acarretam mudanças drásticas na organização do território brasileiro, cujos resultados principais são o surgimento das cidades médias, metropolização, gentrificação, implosão urbana, divisão, segregação, perda da qualidade de vida, precarização, fenômenos bastante conhecidos da geografia e das ciências sociais.

Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e os Negócios sustentáveis

A partir da segunda guerra mundial, os países “em desenvolvimento” mantiveram e fortaleceram importantes laços econômicos com o poder hegemônico cujo polo se encontrava nos países desenvolvidos. Com isso receberam a parte suja indústria cujas sedes foram mantidas nos países-matriz. Os países desenvolvidos viam a difusão de uma consciência sobre a finitude dos recursos naturais e a necessidade do desenvolvimento de mecanismos de produção limpa. Com a adoção de medidas globais, era normal que alguns países as tomassem mais em conta que outros. Com isso o surgimento de produtos voltados para a racionalidade ecológica e a qualidade de vida, como residências inteligentes além e uma quantidade de novas técnicas voltadas para a otimização e racionalização do recurso energético se fez presente de maneira efetiva em diversos países como Alemanha que anda a passos largos na pesquisa energética, ou França e Inglaterra, que despoluíram rios, devolvendo-lhes sua balneabilidade. Iniciativas criadas no interior do próprio capitalismo, os negócios e/ou iniciativas sustentáveis passaram a movimentar grandes somas de recursos. Estas iniciativas tem muito a contribuir para um mundo realmente sustentável, que é o paradigma expresso na Agenda 21, através dos *Mecanismos de Desenvolvimento Limpo*, os MDLs.

Em função das sugestões constantes nesta agenda e como resposta à grande mobilização social fortemente apoiada pela mídia menos conservadora, diversos países do mundo fizeram alterações em seus sistemas tributários, visando estimular:

- a) Às empresas, para que adotassem métodos menos poluentes de produção;
- b) O surgimento de empresas “sustentáveis”, ou seja, empresas com baixo consumo de energia e recursos materiais, com a criação de tecnologias ambientais inteligentes;
- c) O fortalecimento das ideias e mesmo de um “mercado” da reciclagem, com isenções ou reduções fiscais;
- d) A destinação de recursos para “compensação” de prejuízos ambientais causados por empresas poluidoras;

Desnecessário concluir que a redução do consumo está fora destes objetivos: não se trata de reduzir o consumo de mercadorias, o que geraria o colapso do sistema capitalista e, portanto, algo indesejado pelos gestores de políticas públicas que ao contrário, trabalham na ampliação do mercado (voltaremos a esta discussão o item a seguir). Cabe, então, fomentar o surgimento de uma nova economia, voltada para a produção de bens “sustentáveis”. Evidentemente esta nova economia enfrenta grandes dificuldades ao concorrer com grandes indústrias tradicionais. Não obstante, os produtos sustentáveis tendem a ter custos mais elevados que os tradicionais, dificultando seu acesso aos desfavorecidos. Assim os negócios sustentáveis vem se

²⁴ Algumas destas restrições são com relação à retirada de madeiras e à atividade garimpeira. Entretanto, em praticamente todas as Terras Indígenas demarcadas há problemas com relação a um outro item, sempre com envolvimento de indígenas na exploração ilegal do recurso, o que demonstra a ambiguidade de que falamos.

caracterizando como aqueles que desenvolvem tecnologias modernas para reduzir o consumo energético. Estas tecnologias avançam de maneira bastante tímida e ainda carecem de estímulos da parte dos Governos mesmo em determinados governos de países desenvolvidos, em função do *lobby* realizado por empresas capitalistas tradicionais que obtém grandes lucros com os modelos produtivos poluentes.

O destino da poluição Industrial

A ideia de uma produção industrial sustentável prosperou, mas não sem enfrentar resistências. Primeiro, porque a inovação tecnológica demanda elevados investimentos, de modo que as isenções concedidas às empresas cobriam com dificuldade os recursos investidos em pesquisa, o que contribui para a alta no preço final do produto ou mercadoria. Ainda hoje, grupos empresariais poderosos, se colocam contra o uso de tecnologias limpas e diversos países se recusam a assinar o Protocolo da Conferência Climática de Kioto, realizada no Japão em 1998, que estabelece políticas compensatórias, que obrigam as empresas são obrigadas a pagar pela poluição causada responsável pelo aquecimento global.

Como a poluição e a degradação ambiental são intrínsecas à atividade de importantes setores da indústria, que movimentam capital superior à soma de muitos países (por exemplo, a indústria química, a de minérios ou a agropecuária industrial) é comum que optem por modificar apenas superficialmente seu modelo de produção, menos para mudar a tecnologia empregada que para atender mais aos clamores publicitários. As altas somas de valores a serem aplicadas na forma de projetos compensatórios, junto às comunidades afetadas por um determinado empreendimento, (por exemplo, hidrelétrico) são igualmente utilizados de maneira publicitária, em campanhas de divulgação institucional e *responsabilidade socioambiental*, reduzindo os passivos social e ambiental a uma repasse financeiro. Este segue para determinadas instituições – dentre elas, as ONGs – que desenvolvem projetos em comunidades “pobres”, agregando a ideia de comprometimento com a cidadania à sua imagem institucional. Este sistema prospera porque os Governos, de um modo geral, tem mais interesse em aumentar a produção industrial, e junto com ela a arrecadação de impostos que preservar o meio ambiente e promover a qualidade de vida.

A indústria polui em grande quantidade, mas produz divisas e repassa parte de seu lucro ao Governo na forma de impostos. Por determinação legal ou judicial, uma parte de seus lucros para instituições da “sociedade civil organizada”, como forma de compensação pelo passivo ambiental e social causado (raríssimas vezes relevante em relação ao seu faturamento, mas suficiente para gerar um mercado de serviços específicos). Este se tornou o ciclo no qual se encerra o desenvolvimento sustentável, visto mais como um nicho de mercado e resultado das demandas do capitalismo em fins do século XX e limiar do século XXI, para superar a crise ambiental e viabilizar sua continuidade e reprodução que como uma preocupação efetiva dos Governos com a preservação do planeta (ao menos no Brasil).

O problema é que a crise não se resolve. Ao contrário, se agrava. Os recursos que deveriam alcançar as populações empobrecidas, alijadas do progresso econômico, *desterritorializadas*, não as alcança, por vício de forma. Inseridas neste conjunto de relações contraditórias, prosperam as ONGs, que permeiam as organizações sociais, em especial as mais vulneráveis (como os povos indígenas ou as comunidades ribeirinhas) mas atuam em benefício da manutenção da posição privilegiada que possuem, em função do domínio da ferramenta *projeto*. Prosperam os projetos desenvolvimentistas na Amazônia, os recursos a serem aplicados neste ciclo, com a finalidade inicial mas nunca concretizada de amenizar os danos sociais e ambientais provocados por tais projetos. Persistem os impactos ambientais, e acima de tudo, a desigualdade social e econômica e a desigualdade de acesso às oportunidades, bem como diversas outras características de um enredo já conhecido: territorialização (capitalista) x desterritorialização (de grupos fragilizados na hierarquia social compelidos à) x re-

territorialização (em condições precárias e engrossar no grupo dos aglomerados de exclusão) conforme demonstrou Haesbaert (Haesbaert, 2010).

Constata-se, portanto, o surgimento ou emergência esponta uma nova classe social, formada por consultores ambientalistas e militantes profissionais (remunerados), que atuam em nome de instituições que agora dominam não apenas o debate em torno de determinadas questões, mas que, por meio do lobby e da influência, impõe suas nomenclaturas em legislações específicas e suas demandas e expedientes nas políticas públicas, mais que qualquer grupo ou segmento social.

Insensível natureza sensível x classes sociais

Ruy Moreira nos revela que a hegemonia da “*insensível natureza sensível*” que no âmago dos processos contemporâneo preservação acaba se tornando corolário de projetos excludentes, segundo os quais a preservação da natureza e do meio ambiente, tomada como materialidade física se sobrepõe a qualquer demanda social (Moreira, 2006). Como já reportamos, em momento anterior deste mesmo trabalho, todo o pensamento ocidental sobre a crise ambiental foi bastante influenciado pelas preocupações *en fin de siècle*, que respondem pelo tom “apocalíptico” com que a questão do futuro do planeta vem sendo tratado desde a crise ambiental, com grande influência malthusiana e, sobretudo, das ciências biológicas, debalde do racionalismo Kantiano e de sua “razão pura”. Esta abordagem solapou a consideração de classes sociais por meio de noções expansão de abordagens ecológicas da vida social, sendo por isso largamente combatida (Moreira, 2006).

Contudo, o grande fenômeno que caracteriza a humanidade neste início de terceiro milênio e sua crise ambiental, como Castro já demonstrou desde seu Geografia da Fome (1942), é a desigualdade, seja ela de renda, seja regional, seja de oportunidades. Este fenômeno passa à margem do discurso ecológico, que toma a sociedade como um todo coerente e que é tornada responsável por um passivo ambiental causado por um ator social específico, a indústria. Com isso, o dilema entre capital e trabalho é desprezado e muitas instituições atuam junto às comunidades indígenas e tradicionais como se, de certo modo, não lhes houvesse um lugar na luta de classes, evocando o equilíbrio com o progresso e e o desenvolvimento na relação com empresas poluidoras e Governos.

Surgem cursor e programas de educação ambiental, mas não se toca na estrutura perversa e jamais se enfrenta o problema da desigualdade, já que esta perspectiva custa sempre muito caro ao discurso ambientalista. Um bom exemplo se pode observar quando um grupo, de ONGs ambientalistas criticam o modelo produtivo a que chamam de “ruralista” sem que em qualquer momento anterior tenham vindo há público cobrar do Governo brasileiro medidas como a reforma agrária, mas limitando-se à proteção e à preservação ambiental, como se a luta pela terra não estivesse intrinsecamente relacionada à qualidade de vida, ao meio ambiente saudável e à sustentabilidade. Jamais portanto, se não no momento atual e como resposta às críticas, estas organizações estas organizações se aproximaram do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da Via Campesina e ou dos demais movimentos camponeses herdeiros de Julião e das ligas camponesas (basta olhar o portfólio das mesmas). Criticam a degradação das florestas mas apenas mais recentemente passaram a criticar o latifúndio, *forma* geográfica, e o latifundiário, *tipo sociológico* que viabiliza a degradação ecológica e inviabiliza a construção da cidadania no campo.

Antropologia, antropologias

Por sua vez, as iniciativas teóricas que buscam incluir os povos indígenas e demais comunidades “tradicionais” nesta discussão incorrem no erro de aceitarem *acriticamente* as proposições que procedem da antropologia, sem se aprofundar nas diferentes correntes

interpretativas existentes no interior desta disciplina e seus acalorados debates. Um dos principais destes debates, diz respeito, por exemplo, ao desacordo metodológico entre as correntes que tomam o indigenismo como objeto de estudo, numa perspectiva historicista/sociológica, cujos principais representantes contemporâneos são João Pacheco de Oliveira Junior, Alcida Rita Ramos e Stephen Grant Baines, dentre outros; e a corrente “perspectivista”, (cujo expoente é o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro) que toma as sociedades indígenas como objeto principal de sua análise, muitas vezes isolando-os da realidade que os cerca, tendendo a deixar de lado as inúmeras relações que existem entre o dentro e o fora da aldeia e não raro, corroborando para uma imagem estigmatizada dos indígenas.

A primeira corrente de antropólogos toma os índios como produtos da sociedade ocidental, ignorando sua alteridade, que segundo seus críticos, é dada, nesta perspectiva, em função do não-índio. Já a segunda escola, relativiza a tudo e ignora variantes históricas que poderiam reorientar suas conclusões. É o caso, por exemplo, das informações trazidas pelo interlocutor indígena, tornado objeto de referência na pesquisa. Os antropólogos perspectivistas, em tese, incorreriam na imprudência de tomar a palavra obtida destes atores como verdade absoluta, não se preocupando em realizar uma atualização ou pesquisa histórica que comprove até que ponto procedem os depoimentos, já que eles se valem em si mesmos. As inverdades de que são permeadas, por vários motivos, que podem ser éticos ou morais, incluem a afirmação étnica e social e a própria demanda pela demarcação de terras. Com isso as análises se tornam tendenciosas e a pesquisa é realizada para comprovar teses já estabelecidas em gabinete, e não para confrontar tais teses com a realidade dos fatos. Trata-se, como vemos de uma discussão demasiado cara a um geógrafo indigenista. Não podemos contudo, evitá-la, haja visto sua afinidade à nossa discussão.

Geografia, geografias

Se na antropologia esta polêmica desponta entre outras, em função da grande produção desta disciplina sobre povos indígenas e tradicionais, na Geografia a discussão sobre povos indígenas é ainda incipiente, embora a disciplina seja pioneira na temática ambiental. Desde 2004 atuando diretamente junto aos povos indígenas, temos buscado contribuir para, ao menos, dimensionar estas lacunas, de acordo com a tradição teórica e metodológica da disciplina. Logo observamos que a discussão realizada sobre os povos indígenas, se havia avançado bastante e de maneira crítica, no que diz respeito à questão ambiental, encontrava-se muito aquém no que diz respeito aos povos indígenas. Definhar uma geografia crítica dos povos indígenas significava romper com todas as abordagens até então conhecidas, que de maneira geral, tomavam a geografia como ciência do meio, naturalizando a relação sociedade x natureza, negando a existência de classes sociais, e embebida do paradigma ambiental malthusiano, importado da biologia. O principal exemplo desta abordagem é a contribuição de Fernando Gavazzi. Geógrafo, Gavazzi foi ligado a duas ONGs que tiveram grande atuação na formulação de políticas públicas: o Centro de Trabalho Indigenista, onde iniciou sua carreira profissional, em São Paulo. Em seguida, a Comissão Pró-Índio, no Acre, da qual foi um dos assessores e cuja experiência na formação agentes agroflorestais o levou ao mestrado em Geografia Física na USP, onde sua dissertação obteve aprovação parcial com correção (GAVAZZI, 2010).

Analisando o texto de Gavazzi, não é difícil imaginar as restrições da banca a suas propostas. Conceitualmente frágil, seu trabalho oscila entre a teoria e a militância ambientalista. Não realiza uma consistente análise social dos povos indígenas nem contextualiza as formas como foram alcançados pelos processos territoriais modernos. Ao invés disso, relata a necessidade e a aplicabilidade dos sistemas agroflorestais nestas comunidades, assim ao invés de propor a utilização do conhecimento geográfico em defesa dos interesses dos indígenas, se esforça em defender a introdução da educação ambiental na escola indígena.

Outros trabalhos enveredam pelo mesmo paradigma: se dedicam a definir o que seria o “território” nas aldeias, a partir de relato dos indígenas, sem aprofundar as relações entre as noções trazidas pelos indígenas com a atualidade da discussão teórica, o que se agrava com o fato de estes conceitos abrigarem calorosas discussões na Geografia desde sua organização disciplinar, no início do século XIX, na Alemanha, persistindo até os dias atuais. Ainda nesta direção, o livreto “Geografia Indígena”, publicação do ISA²⁵ em parceria com o CTI²⁶, de 1998. Rico em figuras e mapas confeccionados pelos próprios indígenas, o livreto foi idealizado para ser integrado à escola indígena e faz jus a críticas em tudo semelhantes às que fazemos, sendo ainda mais grosseiro. Estes trabalhos, mais que conceituais, são aglomerados de noções geográficas dos indígenas que teriam grande valor caso se valessem de uma análise dos mesmos baixo a contribuição trazida pela da geografia contemporânea, com Milton Santos, Rogério Haesbaert, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Ruy Moreira, dentre muitos outros.

Convém resumir brevemente esta publicação. O livro Geografia Indígena, peca inicialmente, por se propor indígena, quando em verdade é indigenista, já que é uma publicação feita por não índios. Seus relatos são exclusivamente de indígenas talvez para disfarçar este seu caráter inicial e dissimular o leitor menos atento. Mas quando afirmamos que o livro é feito por não índios não nos referimos à tipografia ou à impressão, mas sobretudo, ao fato de os não-índios terem dado os temas para que os indígenas se manifestassem sobre os mesmos, no caso, noções geográficas como espaço, território, lugar, etc. Em seguida, as diferentes manifestações foram compiladas de acordo com os temas, quase lhe conferem legitimidade. Basta, com efeito, a leitura dos relatos e a lembrança de um Paulo Freire para identificar uma infantilização e uma pseudoneutralidade atribuídas em tais noções que distoia de tudo que é produzido atualmente na disciplina, como se o significado de cada uma das noções se desse em si mesma, e não por meio de sistemas de representação, sendo portanto, construídas socialmente (Haesbaert, 2010).

Não era de se esperar algo diferente. Embora os indígenas tenham suas geografias específicas e suas reivindicações territoriais, devemos cuidar para não reduzir nossa disciplina ao senso comum, levando à banalização tão criticada por M. Santos em diversas oportunidades. Como campo disciplinar, a geografia tem origem fora da aldeia. Estranha aos indígenas e tal qual a conhecem, ela os alcançou por meio das escolas. Ao invés de se dedicar a identificar e cartografar as geografias indígenas, nos termos de uma cartografia social, o livro citado se propõe a saber o que pensam os índios sobre Geografia, no que apenas uma das respostas, oferecida por um intelectual orgânico da aldeia parece interessante “*a geografia é uma coisa que só existe na cabeça da gente, primeiro do branco e agora na nossa também*”... O velho cacique salvou a publicação!

A geografia é um conhecimento tão antigo quanto a própria sociedade. Apesar da grande diversidade metodológica existente e mesmo da existência de culturas diferenciadas ao redor do mundo, há sempre uma possibilidade de aproximação teórica e metodológica entre os praticantes deste ofício e intelectuais desta disciplina de todo o mundo, razão pela qual há geógrafos chineses trabalhando nos EUA, franceses no Brasil, e brasileiros no Canadá, etc. Não podemos permitir que se faça proselitismo a partir da disciplina. Como disse certa vez Manuel Correia de Andrade, ao comentar a morte de Milton Santos e o envelhecimento de sua geração, que além de Milton consagrou geógrafos como Orlando Valverde e Berta Becker, além dele próprio (todos já falecidos), “*não se olvidem que a geografia é coisa séria e precisa ser tocada adiante por gente séria*”²⁷. É crucial a crítica a estes trabalhos, principalmente para que não cerceiem aos indígenas o acesso à plenitude da produção geográfica e seus paradigmas²⁸.

²⁵ Instituto Socioambiental.

²⁶ Centro de Trabalho Indigenista, organização não governamental sediada em São Paulo.

²⁷ Em comunicação oral realizada na aula inaugural da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, 2002.

²⁸ Como são poucos os trabalhos em nossa área, nos colocamos a pesquisar e identificamos, todavia, outros trabalhos que trazem interessantes contribuições desde a Geografia, em sincronia com a renovação da disciplina.

Nossa contribuição

No intuito de contribuir para a temática, nossos trabalhos principais foram uma monografia em 2006, com o título “*O conflito de práticas espaciais entre os Kaingáng e não índios do planalto meridional brasileiro*” (Autor, 2006), um artigo de 2007 (publicado em 2011) “Sobre a invisibilidade dos povos indígenas em Geografia”, seguido de nossa participação no XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana com o artigo “Questão indígena como questão urbana”, que depois seria publicado na revista *Ensaio de Geografia* (UFF, 2013). Contribuímos ainda com a dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, defendida em Brasília, com o título “*Sobre a organização espacial dos Kaingáng, uma sociedade indígena Jê meridional*” e com o texto “Introdução ao estudo do indigenismo como processo de territorialização”, publicado na *Revista EDUCAMazônia* (AUTOR, 2012). Uma de nossas preocupações, nestes trabalhos, era a de encontrar um lugar para os povos indígenas em Geografia para além do paradigma ambientalista, em função da crítica apresentada, e; para além do contexto da Geografia Agrária, onde podem ser facilmente tomados como comunidades camponesas, empobrecendo com isso a possibilidade de explorar a riqueza de seu patrimônio cultural e imaterial. Detentores de um conhecimento ancestral a ser reconhecido e valorizado, como o fazem muitos trabalhos procedentes de grupos de estudo em Geografia da USP e da UNESP²⁹.

Estes trabalhos são bem mais elaborados que os apontados acima, mas em grande parte se deixam assemelhar. Primeiro, são adeptos de um marxismo quantitativista e conservador que nos traz de volta à crítica que fizemos na apresentação deste ensaio. A materialidade das relações sociais nas aldeias, que tanto nossos trabalhos, quanto os de Guerra e Gomide buscam aprofundar (ainda que por caminhos distintos), é substituída nesta corrente, pela materialidade estatística, revelada na quantidade de terras demarcadas. Assim, tanto a conjunção de forças políticas e sociais que atuaram para que se estabelecessem as terras indígenas são naturalizadas, como também o patrimônio cultural dos indígenas, que inclui suas manifestações estéticas e sua cultura material é ignorado. A demarcação de terras é considerada como o grande dado a ser reivindicado, e não se estuda, por exemplo, até que ponto as aldeias possuem equipamentos como galpões, ranchos, pastos, áreas de cultivo agrícola fortemente tecnologicizadas, escolas, hospitais, igrejas, etc. Todos estes dados são desprezados pela quantidade absoluta de terras demarcadas para este ou aquele grupo e a proporção que representa em relação à Amazônia e ao território nacional. Como advoga Haesbaert:

“Correntes teóricas materialistas fundamentadas em analogias com as ciências biológicas fizeram pontes às vezes inusitadas entre as construções política e biológica do território. Ao reivindicar um direito ‘natural’ a um espaço ou mesmo propriedade privada da terra, tornando esse direito quase um dever, na medida em que corresponderia ao ‘espaço vital’ alguns estudiosos desenvolveram a associação que fez do território político em maior ou menor grau, uma extensão da dinâmica que ocorria no âmbito do mundo biológico, mais especificamente do mundo animal.” (Haesbaert, 2010:64)

Os problemas ambientais e os diversos ilícitos recorrentes nestas áreas, muitas vezes com a participação dos indígenas, são igualmente desprezados, por constituírem uma variável comprometedora: não interessa divulgar que os indígenas possuem problemas de alcoolismo, que muitos deles encontram-se vulneráveis a cometerem delitos ou ao vício, dentre outras mazelas que não constam destes estudos, por comprometerem a imagem indígena que legitima

Estes trabalhos são os de Guerra (2008) e a tese de doutorado de Maria Lucia Gomide (USP, 2008), dentre outros dispersos pelo país, cuja varredura ainda não nos foi possível concluir.

²⁹ De fato, a grande contribuição deste grupo para a discussão geográfica dos movimentos sociais é noção de movimentos sócio-territoriais, incorporada por autores como Carlos Walter Porto-Gonçalves, Bernardo Mançano Fernandes e outros.

e autoriza a política pública indigenista. Por fim, resta ainda o debate em torno de considerar aos indígenas e comunidades tradicionais, detentoras do *tempo lento*, como camponeses do presente ou do futuro, esta sim, a discussão trazida por estas pesquisas, e que pode fundamentar um rico debate teórico.

Territórios indígenas, perspectivas contemporâneas (discussão)

Vimos ao longo deste texto apresentando de maneira descritiva uma grande gama de informações que permitem configurar o cenário de crise ambiental que vivenciamos nos dias atuais e como se organizam os diferentes atores envolvidos no debate. Noutras ocasiões, discutimos temas como organização espacial, escalas e territorialidades. Ao longo dos últimos 10 anos, vimos buscando contribuir para este debate seja com a elaboração de artigos sobre tais temas, seja na participação direta em projetos que visam a dar visibilidade aos indígenas como interlocutores políticos. Em 2008, durante a II Aldeia Multiétnica da Chapada dos Veadeiros, aceitamos convite da organização do evento e idealizamos a proposta para o evento, que tinha por título “*Territórios indígenas: perspectivas contemporâneas*”. Mesmo se tratando de um evento cultural, no qual a finalidade última era a celebração ritual dos indígenas, nos aproveitamos da visibilidade oferecida pela ocasião para trazer esta discussão e promover o “empoderamento” dos indígenas das perspectivas contemporâneas nas quais a discussão sobre a noção de território pode adotar³⁰.

Assim, a primeira linha do encontro era voltada para palestras e debates (“rodas de prosa”) sobre a perspectiva fundiária (ou “territorial clássica”); a segunda linha era voltada para discussões sobre os “territórios da identidade”, com ênfase nos índios urbanos e nas reminiscências indígenas na culturas populares (o encontro compreende uma vasta gama de culturas populares); e, por fim, a terceira linha buscava dimensionar os “Territórios da comunicação³¹”, com ênfase na divulgação de seus belíssimos patrimônios culturais, frente que depois seguiria abraçando. A discussão sobre a perspectiva territorial clássica se sobrepôs às demais, centralizando as discussões e se perdeu de vista o que talvez tenha sido a melhor oportunidade para discutir o *Territórios Alternativos* da questão indígena, embora tenha sido assim mesmo um momento precioso de elaboração coletiva.

Ao lembrar esta experiência da qual participei ativamente, em parceria com o indigenista Fernando Schiavini, o produtor cultural Juliano Basso e as lideranças indígenas Bepkaeti Kayapó, Getúlio Krahô, Álvaro Tukano e Towê Fulni-ô, lembro que muito ainda falta para que nós geógrafos possamos olhar os indígenas com olhos descolonizados e despidos de preconceito. É possível contribuir efetivamente com suas lutas e causas sem incorrer em oportunismo ou parcerias de ocasião, dadas pela necessidade elaborar algum relatório sobre projetos compensatórios que os afeta? São perversos os mecanismos através dos quais as comunidades indígenas são tornadas vítimas do desenvolvimento sustentável, abrindo mão de sua autonomia reflexiva para atender a demandas políticas trazidas da cidade e imbricadas na atual fase do capitalismo: industrial, financeiro e monopolista e sua(s) territorialização(ões).

Estamos vivenciando a transformação dos povos indígenas e comunidades ribeirinhas em objetos de pesquisas elitistas voltadas para a permanência do ciclo de dominação capitalista, na forma de redutos de indigenistas e dos pesquisadores a que permitem acesso privilegiado³².

³⁰ Oportunidade tornada possível com o gentil convite realizado por Fernando Schiavini e Juliano Basso. Quero estender o agradecimento a toda equipe ASJOR/cavaleiro de Jorge pela acolhida em São Jorge-GO.

³¹ Que contou com a colaboração do coletivo *Iandé – Radiola dos Povos*, liderados por Geninho Nacanoa e Rud Boing, de Brasília.

³² As coações havidas contra o Prof. João Pacheco de Oliveira ao realizar sua pesquisa de campo no rio Negro, no início dos anos 1980 (relatado no prefácio de seu livro de 1988); o constrangimento sofrido pelo Prof. Stephen Baines, enquanto realizava pesquisas na área indígena Waimiri-Atroari, relatado em artigo da década de

Nas redes sociais afloram comentários preconceituosos de indígenas contra não-índios e em particular contra os servidores indigenistas aos quais acusam de preconceituosos e anti-indígenas. O problema é que não raro os mesmos são tomados reféns, com riscos à própria segurança física, o que é uma extrapolação de seus direitos e uma ameaça à segurança pública, vide o caos de Humaitá-AM³³.

Concluindo

Antes de concluir, deixamos praticamente todas as questões em aberto, à exceção das assertivas dos itens 1 e 2, que resultam de um esforço de historicização do problema em pauta, com base em bibliografia pertinente. Em seguida, nos dedicamos a uma elaboração de base empírica, fortemente baseada em nossa vivência profissional, para muitos atuando nos campos do “indigenismo” e do “ambientalismo”, mas para nós mesmos, fazendo não mais que o mais conservador trabalho do geógrafo humanista sugerido por M. Santos, ou seja, o de periodizar e reconhecer os traços de cada período no espaço, razão da ampla aceitação de suas ideias no campo interdisciplinar que vai da geografia humana às ciências sociais, à arquitetura e ao urbanismo, campos com os quais vimos flertando.

É perverso observar políticas orientadas a lhes restringir direitos sejam aprovadas em fóruns específicos dos quais os próprios muitas vezes participam. Melhor exemplo é a PNGATI – Política Nacional de Gestão ambiental e Territorial de Terras indígenas, que além de seu caráter burocrático, retira da FUNAI o controle sobre as áreas de sobreposição entre Terras Indígenas, já que “*é assegurado ao gestor ao órgão ambiental*” (PNGAT, 2012), e que estes órgãos tem se mostrado pouco sensíveis às demandas destas populações. Evidentemente que, como reza o terço, “*quem paga a banda, escolhe a música*”. Não podemos esperar que ONGs e “lideranças” financiadas pelo Estado e pela iniciativa privada se mostrem verdadeiramente sensíveis às demandas que emanam das comunidades.

É neste sentido que, à guisa de conclusão, e “*se eu pudesse influenciar*”, como diria o Caetano Veloso, a participação das ONGs é bem vinda quando não trazem prejuízos para a participação das organizações sociais classistas, como sindicatos, associações indígenas ou de bairro, colônias de pescadores ou cooperativas de produtores rurais, que devem ser fortalecidas. Estas tem sua representatividade estabelecida em seus estatutos sociais e representam exclusivamente tais segmentos. As ONGs não tem legitimidade se falam em nome destes segmentos. Sua atuação visa a omitir o caráter de luta de classes estabelecido com/nas relações sociais, fazendo um jogo duplo, já que supostamente defendem os segmentos sociais vulnerabilizados, mas em verdade, tem suas ações em conformidade com os interesses do Poder Político e Econômico que as subsidia financeiramente e lhes demanda relatórios técnicos avançados, de acordo com suas demandas contingenciais. Por meio deste mecanismo, jamais serão superadas a crise ambiental e as desigualdade social.

A demarcação de terras indígenas ou unidades de Conservação, somente, não resolverá os conflitos que sacodem o país. Ao contrário, parece que as mesmas atendem menos às demandas dos índios que à vaidade dos profissionais que atuam na sua demarcação, os quais geralmente se orgulham das terras que demarcaram, mas às quais raramente regressaram. Como

1990, jamais foram investigados nos servem de alerta. Dezenas de servidores indigenistas trazem relatos terríveis de suas experiências profissionais, muito além do romantismo perspectivista.

³³ Dezenas de casos recentes envolvendo o sequestro não somente de servidores da FUNAI, como também a formação de perigosas milícias de autoproteção territorial, muitas vezes com julgamentos sumários de não índios flagrados nas terras demarcadas, tudo ao mesmo tempo em que a instituição divulga vídeos dos mais recentes índios isolados, encontrados com armas de fogo. Em Humaitá-AM 3 não índios foram assassinados após serem julgados e condenados pelo suposto assassinato de um cacique, num episódio que resultou no maior conflito que se teve notícia envolvendo indígenas desde o assassinato de 2 dezenas de garimpeiros em Rondônia, no início dos anos 2000.

sabemos desde Raffestin (1992), uma demarcação de limites nunca é realizada desde um ponto de vista unilateral, mas é sempre o resultado de um conflito político. Antes que taxar aos vizinhos de maneira bastante superficial como “brancos”, “invasores”, o melhor caminho continua sendo sempre, o diálogo, a moderação e o respeito.

Segundo o filósofo Flávio Kothe, “*o migrante não é bem vindo em lugar nenhum*” (Kothe, 1997). O ambientalismo da natureza insensível fecha os olhos para os processos sociais que levam estas populações de colonos para rincões tão distantes da Amazônia e os coloca em conflito com os indígenas. Não se pauta pela conciliação.

Esta postura retrógrada e anacrônica remonta ao passadismo “perigoso” apontado por Paul Claval. É neste contexto que devemos entender os problemas de violência associado aos povos indígenas neste limiar de século XXI, clamando pelo fim dos excessos praticados por todos os atores e pela ruptura na política ambientalista que ao invés do desenvolvimento sustentável, gera a violência, o oportunismo e o terror, para que os rios sobre os quais transborda nossa esperança não desapareça, de tanto perder suas preciosas lágrimas. Como afirmam Chico Buarque, Milton e Pablo Milanez Nascimento (em *Canción por la unidad latinoamericana*):

“...Quem garante que a história é carroça abandonada numa beira de estrada ou numa estação inglória, a história é um carro alegre, cheio de um povo contente, que atropela indiferente, todo aquele que a negue, é um trem riscando trilhos, abrindo novos *espaços*, acenando muitos braços, balançando nossos filhos,”

Com a palavra de dois dos maiores poetas da realidade social latino-americana, concludo.

REFERÊNCIAS

AUTOR, S. S. O Conflito de práticas sócio-espaciais entre os Kaingáng e populações não indígenas do planalto meridional brasileiro, Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, UFF, 2006.

_____. Sobre a organização espacial dos Kaingáng, uma sociedade indígena Jê meridional, Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, UnB, 2010.

_____. “Questão Indígena como questão urbana, notas para a construção de problemática geográfica” in *Ensaio de Geografia*, PPGeo-UFF, 2012.

_____. “Indigenismo como processo de territorialização: introdução ao estudo sobre a forma das aldeias” in *Revista EDUCAmazonia*, Ano 5, Vol. VIII, Número 1, Jan-Jun, Manaus, 2012, pp.50-75.

ASJOR. “II Aldeia Multiétnica” in VIII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros (catálogo do evento), Associação Comunitária da Vila de São Jorge, Alto Paraíso de Goiás, 2008.

BAINES, S. G. “Imagens de liderança indígena e o programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia” in *Revista de Antropologia*, V. 43, N. 2 (p. 141-163), USP, 2000.

BECKER, B. A urbe Amazônica: a floresta e a cidade, Ed. Garamond Universitária, Rio de Janeiro, 2013.

- CAMELY, N. C. “A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia: o caso do Acre”. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- CARLOS, A. F. A. A cidade. Ed. Contexto, 5ª. Ed., São Paulo , 2011.
- CLAVAL, P. A geografia cultural, Ed. UFSC, 3ª ed. Florianópolis, 2007. (Trad.: Luiz Furgazol Pimenta & Margareth de Castro Afeche Pimenta)
- CORRÊA, R. L. Estudos sobre a rede urbana. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2006.
- DRUMMOND, C. A. “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa” in Revista de Estudos Históricos, Vol. 4, N. 8, CPDOC-FGV, 1991.
- GAVAZZI, R. A. Agrofloresta e Cartografia Indígena: a gestão territorial nas mãos dos agentes agroflorestais indígenas, Dissertação de Mestrado em Geografia Física da Universidade de São Paulo, 2012.
- GOMES, P. C. C. “Geografia fin-de-siècle – o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões” in Explorações Geográficas – percursos no fim de século (p13-42). Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.
- GOMIDE, M. L. C. Marãã Bododi – a territorialidade Xavante nos caminhos da Rô, Tese de Doutorado em Geografia Física, São Paulo, USP, 2008.
- FOUCAULT, M. Arqueologia do saber, Livraria forense Universitária, 7ª ed. Rio de Janeiro, 2008. (Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves)
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GUERRA, E. Organização política e segurança alimentar na sociedade Krahô, EdUFU, Uberlândia, 2008.
- HAESBART, R. O mito da desterritorialização. Ed, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2007.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna, Edições Loyola, São Paulo, 1992. (Trad. Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves).
- HOBSBAWM, E. e RANGER, T. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, Geografia Indígena, ISA, São Paulo, 1998.
- KOTHE, F. O cânone colonial. edUnB, Brasília, 1997.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Os (Des) caminhos do meio ambiente, Ed. Contexto, São Paulo, 1988.
- _____. “A territorialidade seringueira” in Revista Geographia, Ano 1, Nº 2, Niterói, 1999 (p.66-88).
- PORTO-GONÇALVES, C. W. & FERNANDES, B. M. Josué de Castro: vida e obra. Ed. Expressão Popular, 2006.

MENDES, L. C. “Evolução sócio político das ONGs no Brasil: mudanças nas relações do Estado com o Terceiro Setor.” In *Empreende Artigos* (in <http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20s%C3%B3ciopol%C3%ADtica%20das%20ONGs%20no%20Brasil.pdf> sem data, visita em 08/09/2014)

MILLER, H. *Pesadelo Refrigerado*, Ed. Francis, 2006. (Trad.: José Rubens Siqueira)

MOREIRA, R. *Para onde vai o conhecimento geográfico: por uma epistemologia crítica*, Ed. Contexto, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, J. P. *O Nosso Governo: Os Ticuna e o regime tutelar*. Ed. Marco Zero/CNPQ. São Paulo/Brasília: 1988.

_____ (Org.). *Indigenismo e Territorialização; poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Contra-Capa Livraria e Editora, Rio de Janeiro: 1998. Série Territórios Sociais.

OLIVEIRA, R. C. *A crise do indigenismo*, Ed. Unicamp, 1988.

OLIVEIRA, J. P. de & LIMA, A. Carlos (Orgs.). *Projeto Calha Norte: militares, Índios e fronteiras* (p. 99-08). UFRJ/PETI – Museu Nacional, Rio de Janeiro: 1990.

ONU – Organização das Nações Unidas. *AGENDA XXI – Conferência das Nações para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*. Câmara de Deputados, Brasília, 1995.

OIT – Organização Internacional do trabalho. *Convenção 169, sobre os direitos dos povos indígenas e Tribais*. Organização das Nações Unidas, Genebra, 1989.

RAMOS, A. “Uma crítica da desrazão indigenista: palestra proferida na Mesa Redonda ‘Movimentos Indígenas, estruturas estatais e organismos transnacionais’ do XXII Encontro Anual da ANPOCS realizado em Caxambu, outubro de 1998” in *Serie Antropologia*, n. 243, Brasília, 1998.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2006.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, 4ª ed. 2ª. Reimpressão - São Paulo: EdUSP, 2006. - (Coleção Milton Santos)

SANTOS M. & SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI*. Ed. Bertrand Brasil, São Paulo / Rio de Janeiro, 2ª. Ed. 2001.

SCHIAVINI, F. *De longe, toda serra é azul: histórias de um indigenista*. Edição do autor/Gráfica Criativa. Brasília, 2006.